

# LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA: AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA BASE SPELL<sup>1</sup>

## ACCESS TO INFORMATION LAW AND TRANSPARENCY: EVALUATION OF SCIENTIFIC PRODUCTION IN SPELL'S BASE

Waleska Yone Yamakawa Zavatti Campos<sup>2</sup>

Polliana Cristina Oliveira de Carvalho<sup>3</sup>

**SUMÁRIO:** Introdução; 1 Referencial teórico; 2 Método; 3 Análise e discussão dos resultados; 3.1 Quantidade de artigos publicados por período; 3.2 Natureza dos estudos; 3.3 Abordagem das pesquisas; 3.4 Periódicos que publicaram sobre o tema transparência e lei de acesso à informação com análise da classificação de Periódicos Qualis/CAPES 2015; 3.5 Periódicos que mais publicaram sobre o tema de acordo com a Lei de Bradford; 3.6 Locais de publicação dos periódicos; 3.7 Vínculo institucional do primeiro autor; 3.8 Formação de redes colaborativas de pesquisa; Considerações Finais; Referências.

### RESUMO

A transparência pública é um tema relativamente novo no âmbito acadêmico, político e legal. No Brasil seu maior destaque ocorreu a partir da promulgação da Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI). Este artigo tem o objetivo de analisar, por meio de levantamento bibliométrico, a produção científica sobre transparência e LAI na base de periódicos Spell. Os resultados mostram que o número de publicações cresceu significativamente nos últimos cinco anos, com predominância de publicações oriundas das regiões Sudeste e Sul, respectivamente. Observou-se que mais de 75% das publicações têm cunho teórico-empírico, especialmente pelo fato de analisarem a teoria a partir de uma realidade específica. Constatou-se que mais da metade dos periódicos analisados possuem avaliação

---

<sup>1</sup> Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Controle Externo e Governança Pública, do Instituto Brasiliense de Direito Público.

<sup>2</sup> Analista de Controle Externo – Especialidade Gestão de Pessoas, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Licenciada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo - USP. Graduada em Administração pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Especialista em Gestão de Pessoas pela LFG. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Católica Dom Bosco.

<sup>3</sup> Professora Orientadora da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Controle Externo e Governança Pública, do Instituto Brasiliense de Direito Público. Doutoranda pela Universidade de Brasília. Mestre em Literatura e Práticas Sociais. Assessora Jurídica do IDP e Advogada.

Qualis/CAPES entre A2 e B1, o que evidencia considerável impacto das publicações acerca do tema no contexto acadêmico brasileiro. Calculou-se o multiplicador de Bradford para verificar a aderência da Lei de Bradford a este estudo bem como para ajustar os periódicos em zonas de produtividade, onde se apurou a existência de três periódicos mais produtivos, presentes na zona núcleo. Quanto ao vínculo institucional do primeiro autor, demonstrou-se que a instituição com maior número de trabalhos é a UFSC, com onze artigos, seguida pela FGV-SP, USP e UFRJ, com oito publicações cada. Evidenciou-se também que 82,3% das instituições se organizaram em rede colaborativa de pesquisadores para a publicação dos artigos. A partir das evidências é possível concluir que as pesquisas sobre a temática investigada estão em amplo processo de evolução e consolidação no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lei de acesso à informação. Transparência. Bibliometria.

### **ABSTRACT**

Public transparency is a relatively new theme in the academic, political and legal scope. In Brazil, its greatest prominence occurred after the promulgation of the Law No. 12.527/2011, called Access to Information Law (AIL). This article aims to analyze, by means of bibliometrics survey, the scientific production on lucidity and AIL at the base of Spell's periodicals. The results show that the number of periodicals has grown significantly over the past five years, with predominance publications from the Southeast and South regions, respectively. It was observed that more than 75% of publications have theoretical-empirical trait, especially the fact of analyzing the theory from a specific reality. It was encountered that more than half of the periodicals analyzed have evaluation Qualis/CAPES flanked by A2 and B1, what bespeak considerable impact of publications over the subject in Brazilian academic context. It was calculated the Bradford's multiplier to verify the adherence to the Bradford's law in this study as well as to adjust the periodicals in areas of productivity, where was seemed the existence of three more productive periodicals, present in the central zone. Compared to the institutional affiliation of the first author, it was demonstrated that the institution with the largest number of papers is the UFSC, with eleven articles, followed by FGV-SP, USP and UFRJ, with eight publications each. It was also evidenced that 82.3% of the institutions are organized into collaborative network of researchers for the publication of articles. Analyzing the evidences it can be concluded that the research about the topic investigated is in broad process of evolution and consolidation in Brazil.

**KEYWORDS:** Access to Information Law. Transparency. Bibliometrics.

### **INTRODUÇÃO**

A transparência pública é um dos elementos da gestão fiscal responsável, constituindo-se como um dos princípios da boa governança pública (CRUZ et al., 2012). Concordando com Angélico e Teixeira (2012), o termo transparência relaciona-se a práticas que promovam e assegurem a visibilidade, acessibilidade e a busca das informações governamentais de domínio público.

Conceitualmente, o termo transparência pode apresentar acepções diversas, a depender do contexto no qual é empregado, se no âmbito do direito internacional, da ciência política, da administração pública ou privada. Atualmente, mesmo na literatura acadêmica, seu significado permanece disperso. Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015) definiram diversas perspectivas para a transparência, onde cada qual apresenta distinções conceituais e de mensuração. Para os autores, a transparência pode ser concebida sob a Perspectiva Orçamentária, Contábil, Institucional ou Organizacional, Social, do Processo Licitatório, de Contratos e Convênios e por fim, sob a Perspectiva Midiática. Neste trabalho, optou-se por utilizar a terminologia transparência em seu sentido amplo, sem particularizá-la, desde que aplicada ao setor público.

Em termos de *status* constitucional, a transparência e o acesso à informação pública encontram provisão no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos os cidadãos têm direito a receber dos órgãos públicos informações que sejam de seu interesse particular, ou que sejam de interesse coletivo ou geral, a serem prestadas no prazo da lei sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas sob sigilo com vistas à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988). Tal dispositivo, no entanto, possuía lacunas que evidenciavam a ausência de parâmetros legais para subsidiar as respostas às solicitações de informação, ficando em aberta a questão entre o dever de sigilo e o direito à informação.

A transparência das informações públicas também encontra respaldo no princípio da publicidade previsto no artigo 37, caput, da Carta Magna. Zuccolotto e Teixeira (2014) ressaltam o papel essencial da Constituição Federal ao garantir o acesso à informação também em seu artigo 37, §3º, inciso II, segundo o qual a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, e por fim no artigo 216, §2º, que define que cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (BRASIL, 1988).

No cenário que se vislumbrou após a Constituição Federal de 1988, a transparência das informações públicas apresentou paulatinamente maior relevo e efetividade no Brasil a partir da aprovação da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Desde então, outros normativos legais surgiram como a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência), cujo escopo é a

disponibilização, em tempo real, de informações públicas, e a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que tem como objetivo regulamentar o direito do cidadão à informação. Tais imperativos legais preencheram a lacuna constitucional e determinaram a divulgação – e não o sigilo - como forma de tratamento da informação pública (BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015).

Em consequência disso, nota-se que a legislação sobre transparência no Brasil é relativamente recente. Relacionado aos princípios de responsabilidade fiscal e ligado ao princípio constitucional da publicidade (ALLEGRETTI; PLATT NETO, 2010), o tema vem sendo amplamente debatido em consonância a outros conceitos, como governança, controle social e *accountability*.

Considerando o contexto inovador da transparência pública, o objetivo do presente trabalho é descrever, por meio de metodologia quantitativa e processo bibliométrico, o comportamento do campo de pesquisa sobre transparência e Lei de Acesso à Informação no Brasil, a partir da base de periódicos Spell. Isso porque conhecer a evolução do campo de pesquisa é passo essencial para que haja a dinamização e o fomento à geração de conhecimentos na área e uma possível redução de lacunas teóricas, empíricas e conceituais.

A hipótese subjacente a este trabalho é a de que a produção científica relativa à transparência tenha sido amplamente impulsionada pela aprovação da Lei de Acesso à Informação no ano de 2011.

Deste modo, a fim de atender ao objetivo proposto, o artigo está organizado do seguinte modo: após esta introdução, será apresentado um referencial teórico sobre o assunto com vistas a relacionar o fomento da transparência pública às imposições travadas pela Constituição Federal de 1988, às implicações da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como da Lei Complementar nº 131, de 2009 (Lei da Transparência), e da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Posteriormente, serão expostos os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Iniciar-se-á então a análise e discussão dos resultados, que contarão com a utilização de estatística descritiva, aplicação da Lei de Bradford e análise de redes de pesquisa colaborativa via *software* Pajek. Será elaborado um panorama acerca do comportamento do campo de pesquisa sobre transparência e lei de acesso à informação nos estudos brasileiros, seguido, das considerações finais.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, o Brasil foi marcado pelo autoritarismo e pela centralização na condução das políticas públicas. Torna-se evidente que ao reduzir o trânsito de informações no seio da sociedade, o poder público acaba por solapar a possibilidade de participação nos processos democráticos. Logo, a informação e a publicidade são requisitos primordiais para a consolidação da transparência e em última instância, da própria democracia (BERNARDES; SANTOS; ROVER, 2015, p. 789).

Segundo Jardim (2008), quanto maior o acesso às informações públicas, mais democráticas são as relações entre sociedade e Estado, de modo que a visibilidade social do Estado reflete um campo de relações técnicas, tecnológicas e culturais que tem como um dos seus principais *outputs* a informação publicizada.

Para Raupp e Pinho (2011) a transparência pública se relaciona de forma direta com o *accountability*. Segundo os autores, *accountability* pode ser entendida como a própria transparência, como o comprometimento dos gestores públicos à prestação de contas e também como a responsabilização daqueles que administram os recursos, emergindo de um cenário de desenvolvimento capaz de dotar o cidadão de uma atitude ativa de sujeito do processo democrático.

A transparência é um princípio inerente à gestão fiscal responsável, que advém, por sua vez, do princípio constitucional da publicidade. Cumpre salientar que o conceito de transparência se apresenta mais abrangente do que o conceito de publicidade, à medida que a informação pode estar publicada, mas nem sempre se encontra ofertada de forma fidedigna, oportuna, acessível e compreensível. Deriva, portanto, do princípio constitucional da publicidade que a população tem o direito primário de conhecer os atos praticados pelos agentes públicos, medida necessária para o exercício do controle social (PLATT NETO et al., 2007).

Segundo Cruz et al. (2012), códigos de boas práticas de governança pública tais como os elaborados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pela *International Federation of Accountants* (Ifac) e pela *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), apontam a internet como importante ferramenta de disponibilização de informações tempestivas, céleres e transparentes à sociedade. No Brasil, existem recomendações nas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 131/2009 que permitem a utilização da internet como meio de difusão das informações públicas.

O avanço das tecnologias de informação e comunicação tem favorecido que o cidadão possua, em tese, mais facilidade de acesso aos atos dos gestores públicos. Contudo, o cumprimento de formalidades normativas e legais não remonta diretamente na efetiva transparência governamental. Raupp e Pinho (2016), por exemplo, analisaram os requisitos de transparência passiva pelos municípios com mais de 300.000 habitantes e o resultado evidenciou que cerca de 84,8% das cidades desrespeitaram as exigências legais e não responderam às demandas dos cidadãos por acesso à informação, demonstrando que a transparência passiva não é uma saída para lidar com o insucesso do setor público na disponibilização das informações de maneira ativa. Com a elevada difusão de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), em especial a internet, o dever da transparência deveria estar amplamente garantido, embora atualmente essa não seja a realidade apresentada pelo Brasil. Há, portanto, um hiato entre os requisitos legais de transparência e o seu cumprimento efetivo pelas entidades governamentais, a despeito das facilidades propiciadas pelas ferramentas tecnológicas.

Outro fator importante a ser considerado e que tem impacto direto na transparência da gestão fiscal é a convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais. Isso porque a contabilidade pública é responsável pela geração das informações a serem disponibilizadas, possibilitando que a transparência seja concebida não apenas como o fornecimento de dados, mas antes de tudo, como instrumento de prestação de contas clara e compreensível, para que todos os cidadãos possam acessá-la e interpretá-la, conforme ensinam Leite Filho, Colares e Andrade (2015).

Do ponto de vista legal, foi apenas a partir da Constituição Federal de 1988 que se iniciaram os debates acerca da transparência pública e da publicidade como princípios fundamentais da democracia. No entanto, tais pressupostos permaneceram como letra morta por mais de duas décadas, até a promulgação da Lei de Acesso à Informação em 2011, que efetivamente viabilizou o acesso dos cidadãos a informações públicas compreensíveis (BERNARDES; SANTOS; ROVER, 2015).

A partir da aprovação da Lei Complementar nº 101/2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, a questão da transparência pública começa a ganhar contornos mais nítidos com a delimitação de instrumentos de transparência da

gestão fiscal tais como, “os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, e as versões simplificadas desses documentos” (BRASIL, 2000, Art. 48).

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a transparência deve ser assegurada por meio do fomento à participação popular e à realização de audiências públicas quando da elaboração dos Planos Plurianuais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e a partir da obrigatoriedade de publicação trimestral de relatórios resumidos de execução orçamentária (CRUZ; SILVA; SPINELLI, 2016). De todo modo, mesmo com os avanços trazidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal à temática da transparência, é conveniente frisar que a:

“divulgação de informações de conteúdo técnico, como relatórios de execução orçamentária, balanços financeiros ou demonstrativos de restos a pagar, ininteligíveis para a maioria dos cidadãos, não concretizava o princípio da transparência e o direito de acesso à informação” (VIEIRA, 2013, p. 5).

Para conferir maior acessibilidade e compreensibilidade à informação, a Lei de Responsabilidade Fiscal sofreu uma série de modificações. Em especial, o inciso II, § 1º do artigo 48 da LRF, incluído pela Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) e alterado pela recente Lei Complementar nº 156, de 2016, evidencia que a transparência será assegurada também mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas e compreensíveis sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (BRASIL, 2000; BRASIL, 2009, BRASIL 2016). Esse novo mecanismo oportuniza que qualquer pessoa possa acessar as informações atinentes à receita e despesa, ao passo que tais dados devem estar disponibilizados em tempo real e detalhados ao máximo possível. Finalmente, em 2011, foi sancionada a Lei 12.527, desde então conhecida como Lei de Acesso à Informação, responsável por determinar os procedimentos necessários a serem tomados pela administração pública para responder às solicitações de informações realizadas por cidadãos e organizações (CRUZ; SILVA; SPINELLI, 2016).

Segundo o artigo 8º da LAI, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil

acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, devendo constar minimamente:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III - registros das despesas; IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade (BRASIL, 2011, Art. 8).

Conforme art. 3º da LAI, a disponibilização das informações de interesse público supracitadas, independentemente de solicitações, tem como diretriz o desenvolvimento da cultura da transparência e do controle social, cuja viabilização deve se dar pela utilização da tecnologia da informação (BRASIL, 2011).

A Lei de Acesso à Informação contribuiu sobremaneira para a efetividade dos mecanismos de transparência pública à medida que tornou mais robusta a obrigação dos gestores públicos na utilização de meios eletrônicos para divulgação de informações e, por conseguinte, como um meio de prestação de contas dos atos praticados (RAUPP; PINHO, 2014).

## **2 MÉTODO**

De modo a responder à indagação sobre como o campo de estudos da transparência e da lei de acesso à informação estrutura-se no Brasil, utilizou-se, no presente estudo teórico, uma abordagem quantitativa por meio de processo bibliométrico.

A bibliometria é uma técnica quantitativa de variáveis do discurso que visa medir os índices de produção e disseminação do conhecimento científico em certa área, configurando-se como o tratamento matemático e estatístico de publicações obtidas em bases de publicações científicas (ARAÚJO, 2006; PRITCHARD, 1969). Segundo Glänzel (1999), as técnicas bibliométricas não são meramente de interesse teórico, mas também se apresentam de elevada relevância na avaliação e previsão de indicadores de produção científica.



Conforme lecionado por Chueke e Amatucci (2015, p. 2), as medidas e os indicadores de produção científica criados pela bibliometria podem passar a integrar a agenda governamental no processo de elaboração de políticas públicas para as áreas estudadas, servindo como critério de avaliação de notoriedade das instituições científicas e como parâmetro para a alocação de financiamento para pesquisas. Segundo os mesmos autores, especialmente nas ciências sociais aplicadas, a bibliometria procura examinar a produção de artigos em determinado assunto, proceder ao mapeamento de comunidades acadêmicas e à identificação das redes colaborativas de pesquisadores.

No estudo em tela, a utilização da bibliometria fornecerá importantes subsídios de análise para a compreensão de como tem se estruturado a pesquisa em transparência e acesso à informação pública no Brasil, suas nuances de centralização ou descentralização geográfica, seu comportamento ao longo do tempo, as principais características metodológicas e possíveis lacunas de desempenho, elementos que poderão nortear futuros estudos na área.

Os dados desta pesquisa foram obtidos na base de periódicos *Scientific Periodicals Electronic Library – Spell*, um sistema virtual de indexação, pesquisa e disponibilização de produções científicas criado em 2012, que concentra artigos e periódicos das áreas de Administração, Contabilidade e Turismo. O Spell é formado atualmente por repositório de artigos científicos, sistema de indexação e busca e por um sistema de informação sobre periódicos, reunindo artigos científicos, resenhas, editoriais, notas bibliográficas, casos de ensino, debates e demais documentos que se encontram disponíveis para consulta e *download*.

O processo bibliométrico deste estudo foi realizado a partir da pesquisa de palavras-chave e título do documento, em momentos não concomitantes, com a utilização dos seguintes termos: transparência; lei de acesso à informação e a abreviação LAI. Foram considerados todos os idiomas disponíveis, quais sejam, espanhol, francês, inglês e português, sem determinação de intervalo de tempo específico para o levantamento. Os termos foram escolhidos com base no problema de pesquisa, que visa analisar o comportamento da produção científica acerca da transparência e da lei de acesso à informação no Brasil. As buscas resultaram em 242 trabalhos, dos quais 43 foram excluídos na análise inicial devido à repetição, ou seja, por já constarem em buscas anteriores realizadas mediante título ou palavra-

chave. Apenas 199 trabalhos foram classificados para a análise considerando-se os critérios estabelecidos para esta pesquisa, conforme demonstrado na Tabela 1.

**Tabela 1** - Critérios e achados do levantamento bibliométrico, por termo pesquisado, na Base Spell – 2016

<b>Termo pesquisado: transparência</b>	
<b>Critérios de pesquisa</b>	<b>Nº de trabalhos</b>
Título do documento: transparência	78
Palavra-chave: transparência	100
Trabalhos excluídos devido à repetição	(34)
<b>Subtotal</b>	<b>144</b>
<b>Termo pesquisado: lei de acesso à informação</b>	
<b>Critérios de pesquisa</b>	<b>Nº de trabalhos</b>
Título do documento: lei de acesso à informação	7
Palavra-chave: lei de acesso à informação	4
Trabalhos excluídos devido à repetição	(9)
<b>Subtotal</b>	<b>2</b>
<b>Termo pesquisado: LAI</b>	
<b>Critérios de pesquisa</b>	<b>Nº de trabalhos</b>
Título do documento: LAI	52
Palavra-chave: LAI	1
Trabalhos excluídos devido à repetição	0
<b>Subtotal</b>	<b>53</b>
<b>Total de trabalhos considerados para análise temática</b>	<b>199</b>

Fonte: elaborado pela autora.

A partir da análise acerca do assunto tratado pelos 199 artigos inicialmente levantados, 101 foram excluídos por não tratarem da temática em tela, qual seja, transparência do setor público e lei de acesso à informação.

O exame dos 98 artigos restantes relacionados à temática proposta foi realizado considerando-se os seguintes critérios: quantidade de artigos publicados por período; natureza do estudo (teórico ou teórico-empírico); abordagem dos trabalhos (qualitativa, quantitativa ou qualitativa-quantitativa); periódicos que publicaram sobre o tema transparência e lei de acesso à informação com análise da

classificação de Periódicos Qualis/CAPES 2015; periódicos que mais publicaram sobre o tema conforme Lei de Bradford e cálculo do Multiplicador de Bradford (mB); locais de publicação (cidades e macrorregiões); vínculo institucional do primeiro autor e por fim, formação de redes colaborativas de pesquisa interinstitucionais por meio da Análise de Redes Sociais (ARS).

A seguir são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa.

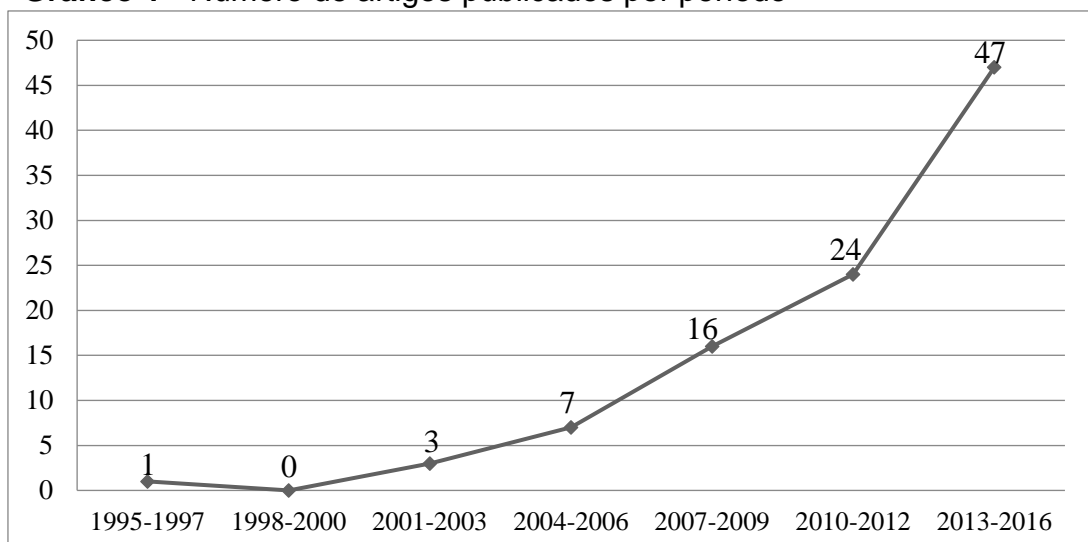
### 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados encontrados por meio do levantamento bibliométrico realizado na Base Spell acerca do tema transparência e lei de acesso à informação serão apresentados a seguir em tabelas, figuras e gráficos.

#### 3.1 Quantidade de artigos publicados por período

O gráfico 1 evidencia a quantidade de artigos relacionados à transparência e lei de acesso à informação publicados nos períodos de 1995-1997, 1998-2000, 2001-2003, 2004-2006, 2007-2009, 2010-2012, 2013-2016.

**Gráfico 1 - Número de artigos publicados por período**



Fonte: Dados da pesquisa

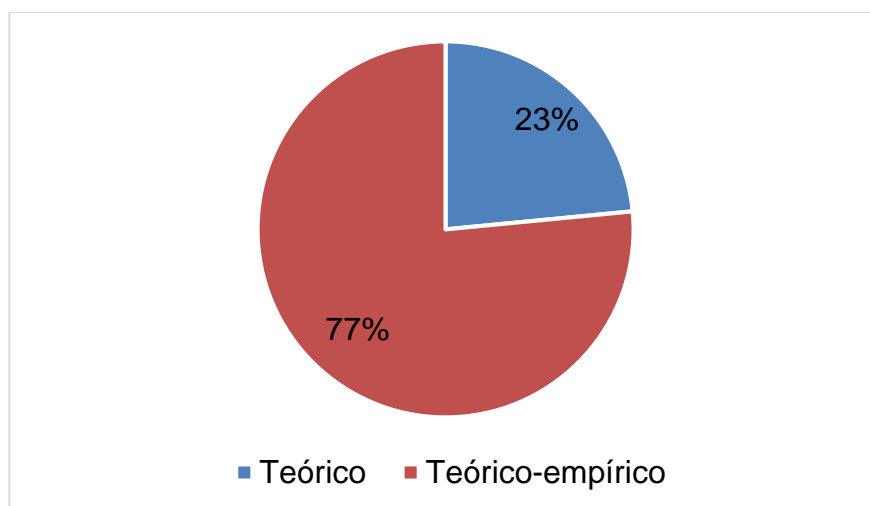
Percebe-se que o número de trabalhos publicados sobre a temática transparência e lei de acesso a informação vem crescendo consideravelmente no

período analisado. A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal no ano de 2000 inicia os debates sobre transparência governamental apenas no interstício seguinte, de 2001 a 2003, período que contou com a publicação de três artigos. A aprovação da Lei Complementar nº 131 em 2009, denominada Lei da Transparência, pode ter favorecido o incremento do número de publicações no interstício de 2010 - 2012, que apresentou elevação de 50% em relação ao período anterior, passando de 16 para 24 publicações. Notadamente, foi em 2011 que ocorreu a aprovação da Lei nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação), o que pode ter favorecido o relevante aumento de publicações a partir desse período, já que os artigos publicados a partir de 2011 correspondem a 68,4% do total de artigos da amostra. O interregno 2013-2016 é o período responsável por quase metade de todas as publicações, no qual foram publicados 48% dos trabalhos.

### 3.2 Natureza dos estudos

O gráfico 2 apresenta os resultados em relação à natureza dos trabalhos publicados no período analisado.

**Gráfico 2** – Natureza dos estudos



Fonte: Dados da pesquisa

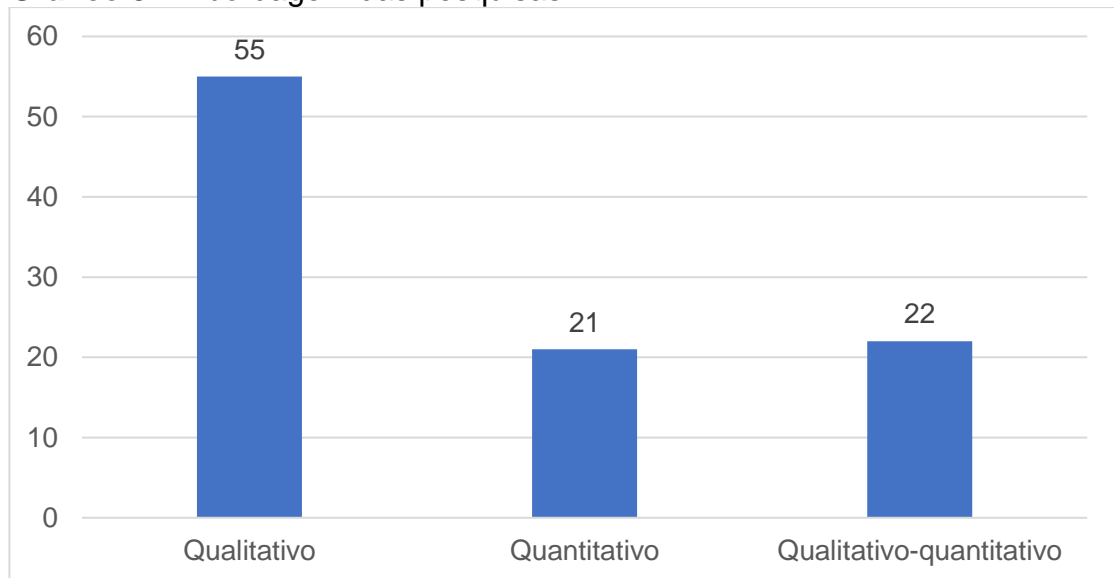
Conforme apresentado no gráfico 2, aproximadamente 23% dos artigos (23 trabalhos) são de cunho teórico, e, 77% (75 trabalhos) são teórico-empíricos, o que é relativamente esperado, considerando que a maior parte dos artigos analisa a

teoria a partir de um dado empírico, ou seja, de uma realidade particular. Nos estudos relativos à transparência e lei de acesso à informação é comum, por exemplo, a análise do nível de transparência de municípios, estados e portais da transparência específicos, o que concorre para a presença de maior quantidade de artigos teórico-empíricos.

### 3.3 Abordagem das pesquisas

O gráfico 3 exibe a abordagem presente nos trabalhos sobre transparência e lei de acesso à informação no período analisado.

**Gráfico 3 – Abordagem das pesquisas**



Fonte: Dados da pesquisa

A partir da análise do gráfico 3, em relação à abordagem da pesquisa, evidencia-se que 55 trabalhos são qualitativos, 21 quantitativos e 22 qualitativo-quantitativos. O considerável número de trabalhos que possuem abordagem quantitativa e qualitativa-quantitativa, cerca de 44% da amostra, demonstra a característica descritiva da temática, à medida que, para conhecer o nível de atendimento aos requisitos legais de transparência e acesso à informação por parte do setor público faz-se necessária a mensuração e a criação de indicadores de desempenho, sendo possível inclusive relacioná-los posteriormente a indicadores sociais, demográficos e econômicos. A utilização da abordagem quantitativa e qualitativa-quantitativa enriquece, portanto, o atual campo de pesquisa da área, ao

fomentar análises acerca da efetividade das políticas públicas de transparência e acesso à informação pública em todo o Brasil.

### 3.4 Periódicos que publicaram sobre o tema transparência e lei de acesso à informação com análise da classificação de Periódicos Qualis/CAPES 2015

A tabela 2 identifica os periódicos que publicaram sobre o tema transparência e lei de acesso à informação no período analisado, destacando o título do periódico (organizado primeiramente pela classificação Qualis/Capes 2015, posteriormente pelo número de artigos e em caso de empate, por ordem alfabética), a quantidade e o percentual de artigos encontrados em cada periódico.

**Tabela 2** - Periódicos que publicaram sobre transparência e lei de acesso à informação no período analisado, por classificação Qualis/CAPES 2015, em números absolutos e relativos

Título do periódico	Qualis/ CAPES	Nº de artigos	Percentual de artigos
			(continua)
Revista de Administração Pública	A2	8	8,16
Revista Contabilidade Vista & Revista	A2	5	5,10
Revista Universo Contábil	A2	3	3,06
Cad. EBAPE.BR	A2	2	2,04
Revista de Administração da USP	A2	2	2,04
Organizações & Sociedade	A2	1	1,02
Revista Contabilidade & Finanças - USP	A2	1	1,02
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	B1	6	6,12
Contabilidade, Gestão e Governança	B1	4	4,08
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	B1	4	4,08
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1	3	3,06
Enfoque Reflexão Contábil	B1	2	2,04
Revista eletrônica de Administração	B1	2	2,04
Advances in Scientific and Applied Accounting	B1	1	1,02

**Tabela 2** - Periódicos que publicaram sobre transparência e lei de acesso à informação no período analisado, por classificação Qualis/CAPES 2015, em números absolutos e relativos

<b>Título do periódico</b>	<b>Qualis/ CAPES</b>	<b>Nº de artigos</b>	<b>Percentual de artigos (continuação)</b>
Caderno de Pesquisas em Administração	B1	1	1,02
Revista de Administração Mackenzie	B1	1	1,02
Revista de Ciências da Administração	B1	1	1,02
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1	1	1,02
Revista de Gestão Social e Ambiental	B1	1	1,02
Revista de Contabilidade e Organizações	B1	1	1,02
Administração Pública e Gestão Social	B2	4	4,08
Sociedade, Contabilidade e Gestão	B2	4	4,08
Revista Contemporânea de Contabilidade	B2	3	3,06
Desenvolvimento em Questão	B2	2	2,04
Pensar contábil	B2	2	2,04
Reuna	B2	2	2,04
Revista Gestão e Planejamento	B2	2	2,04
Economia e Gestão	B2	1	1,02
Gestão & Regionalidade	B2	1	1,02
Organizações Rurais & Agroindustriais	B2	1	1,02
Revista Catarinense da Ciência Contábil	B3	5	5,10
Amazônia, Organizações e Sustentabilidade	B3	2	2,04
Alcance	B3	1	1,02
Navus - Revista de Gestão e Tecnologia	B3	1	1,02
Revista de Administração, Contabilidade e Economia	B3	1	1,02
Revista Ciências Administrativas	B3	1	1,02

**Tabela 2** - Periódicos que publicaram sobre transparência e lei de acesso à informação no período analisado, por classificação Qualis/CAPES 2015, em números absolutos e relativos

<b>Título do periódico</b>	<b>Qualis/ CAPES</b>	<b>Nº de artigos</b>	<b>Percentual de artigos (conclusão)</b>
Revista Administração em Diálogo	B3	1	1,02
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	B3	1	1,02
Revista de Tecnologia Aplicada	B3	1	1,02
Revista Eletrônica de Sistemas de Informação	B3	1	1,02
Revista Eletrônica Gestão e Sociedade	B3	1	1,02
Revista Evidenciação Contábil & Finanças	B3	1	1,02
Revista Gestão & Tecnologia	B3	1	1,02
Revista Pensamento & Realidade	B3	1	1,02
Revista do Serviço Público	B4	6	6,12
Revista Gestão Organizacional	B4	1	1,02
<b>Total</b>		<b>98</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

A análise pelo evento de classificação de periódicos 2015, obtido no sistema Qualis/CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, como A1, A2, B1, B2, B3 e B4 para a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, originou a primeira coluna de dados da tabela 2. Por meio dela é possível perceber que 22 artigos foram publicados em periódicos classificados como A2, 28 artigos em B1, 22 artigos em B2, 19 artigos em B3 e outros 7 em B4. Não foram identificados artigos em publicações classificadas como A1. Constatou-se, portanto, que mais da metade dos periódicos analisados (51%) possuem avaliação Qualis/CAPES entre A2 e B1, o que evidencia importante impacto das publicações acerca do tema transparência e LAI no âmbito acadêmico brasileiro.

Ainda conforme apresentado na tabela 2, o periódico que mais se destacou em relação ao número de publicações sobre o tema foi a *Revista de Administração*



*Pública*, responsável pela publicação de oito trabalhos, seguida pela *Revista do Serviço Público* e *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, cada qual com seis trabalhos. Evidencia-se que os três periódicos melhor colocados nesse ranking são aqueles cujo escopo realmente guarda identidade com a gestão pública.

Evidenciou-se também a elevada incidência de revistas cujo escopo é voltado à contabilidade. De um total de 46 periódicos, 16 são relacionados à área contábil, o que corresponde a 34,8% da amostra. São eles: *Revista Catarinense da Ciência Contábil*; *Revista Contabilidade Vista & Revista*; *Contabilidade, Gestão e Governança*; *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*; *Sociedade, Contabilidade e Gestão*; *Revista Contemporânea de Contabilidade*; *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*; *Revista Universo Contábil*; *Enfoque Reflexão Contábil*; *Pensar Contábil*; *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*; *Revista Contabilidade & Finanças – USP*; *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*; *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*; *Revista de Contabilidade e Organizações* e *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*. Tal fato deve-se à estreita relação entre transparência e contabilidade pública, à medida que somente são transparentes e acessíveis informações contabilmente fidedignas e pormenorizadas.

### **3.5 Periódicos que mais publicaram sobre o tema de acordo com a Lei de Bradford**

Para entender o comportamento das publicações nos periódicos pesquisados aplicou-se a Lei de Bradford, uma das três tradicionais leis bibliométricas. Formulada no ano de 1934, a Lei de Bradford postula que:

"se os periódicos forem ordenados em ordem de produtividade decrescente de artigos sobre um determinado assunto, poderão ser distribuídos em um núcleo de periódicos mais particularmente devotados a esse assunto e em diversos grupos ou zonas contendo o mesmo número de artigos que o núcleo, sempre que o número de periódicos e das zonas sucessivas for igual a 1:n:n<sup>2</sup>" (PINHEIRO, 1983, p. 62).

A primeira zona, denominada núcleo, é composta pelos periódicos mais produtivos a respeito do tema pesquisado. No processo de formulação da Lei de

Bradford, o número mínimo de artigos presentes na zona núcleo deve ser maior do que a metade do número de periódicos presentes na última zona, onde os periódicos da última zona conterão apenas um artigo sobre o tema estudado (LIMA, 1984), conforme é possível perceber na coluna A da tabela 3.

A dispersão dos artigos é constatada a partir da delimitação da zona núcleo de periódicos mais voltados a determinado assunto, que é constituído por poucos periódicos produtores de elevado número de artigos. O núcleo compõe a zona de produtividade mais elevada da distribuição. Os demais periódicos, menos produtivos, são organizados em zonas de produtividade que decrescem em número de artigos. Assim, o número de periódicos em cada zona aumenta enquanto sua produtividade individual diminui. Cada zona contém, no entanto, número semelhante de artigos (COUTINHO, 1991).

Bradford salienta a importância de se identificar a dispersão dos artigos sobre um determinado tema para que maior número de artigos relevantes possa ser recuperado, pois podem existir artigos importantes dispersos em periódicos que publicam pouco sobre a temática (COUTINHO, 1991).

A tabela 3 demonstra a ordenação de periódicos segundo zonas de produtividade, conforme postulado pela Lei de Bradford.

**Tabela 3** - Distribuição de artigos e periódicos por zonas de produtividade, em números absolutos e relativos

<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>
<b>Nº total de artigos</b>	<b>Nº de periódicos</b>	<b>Soma de periódicos por zona</b>	<b>% periódicos por zona</b>	<b>Zona</b>	<b>Produtividade</b>
8	1	3	6,5%	Núcleo	Alta
12	2				
10	2	6	13%	Zona I	Média
16	4				
9	3	12	26,1%	Zona II	Baixa
18	9				
25	25	25	54,3%	Zona III	Baixíssima
<b>98</b>	<b>46</b>	<b>46</b>	<b>100 %</b>	<b>Total</b>	

Fonte: Dados da pesquisa.

Neste estudo, foram consideradas quatro zonas de produtividade, quais sejam, alta, média, baixa e baixíssima produtividades, utilizando-se os artigos selecionados de acordo com os critérios da pesquisa. As zonas de produtividade foram delimitadas dividindo-se o total de artigos (98) pelo número de zonas de produtividade consideradas neste estudo (4), a partir do qual conclui-se que cada zona deve conter aproximadamente 25 artigos. Na tabela 3 encontram-se elencados, respectivamente, a quantidade de artigos (coluna A), a quantidade de periódicos que publicaram os referidos artigos (coluna B), a soma dos periódicos por zona (coluna C), o percentual de periódicos por zona (coluna D), as zonas segundo a Lei de Bradford (coluna E) e a faixa de produtividade dos periódicos (coluna F).

De acordo com a Tabela 3, e corroborando a Lei de Bradford, o número de periódicos em cada zona (coluna C) aumenta à medida que a produtividade diminui, configurando um desempenho decrescente de produtividade entre as quatro zonas identificadas. Assim, à medida que as zonas decrescem, são necessários mais periódicos para publicação da mesma quantidade de artigos por zona, que no estudo em questão, é da ordem de 25 artigos.

Os três periódicos mais produtivos, cerca de 6,5% dos títulos, são responsáveis por quase 21% das produções – 20 artigos; 6 periódicos, portanto 13% dos títulos, publicaram 26,5% das produções – 26 artigos; já 80,4% dos periódicos restantes (que correspondem às zonas II e III) contribuem com apenas 53% das produções – 52 artigos.

Em outras palavras, são encontrados na zona de produtividade alta 20 artigos concentrados em apenas 3 periódicos, que são os mais produtivos sobre o tema transparência e lei de acesso à informação no período analisado. Por conseguinte, a zona de produtividade média (zona I) conta com 26 artigos diluídos em 6 periódicos. Confirmando a Lei de Bradford, é possível verificar que na zona II a produtividade é inferior às primeiras zonas, na qual são necessários 12 periódicos distintos para produzir 27 artigos, e na zona III, 25 periódicos diferentes produzem apenas 25 artigos. Deste modo, na última zona de produtividade, os artigos estão altamente diluídos em revistas distintas, registrando-se 25 periódicos com apenas uma produção.

Neste estudo, há aderência à lei de Bradford, haja vista que na zona núcleo há 20 artigos e na zona III há 25 artigos, ou seja, os valores mantiveram-se mais ou menos constantes. O multiplicador de Bradford (mB) calculado manteve-se em valor

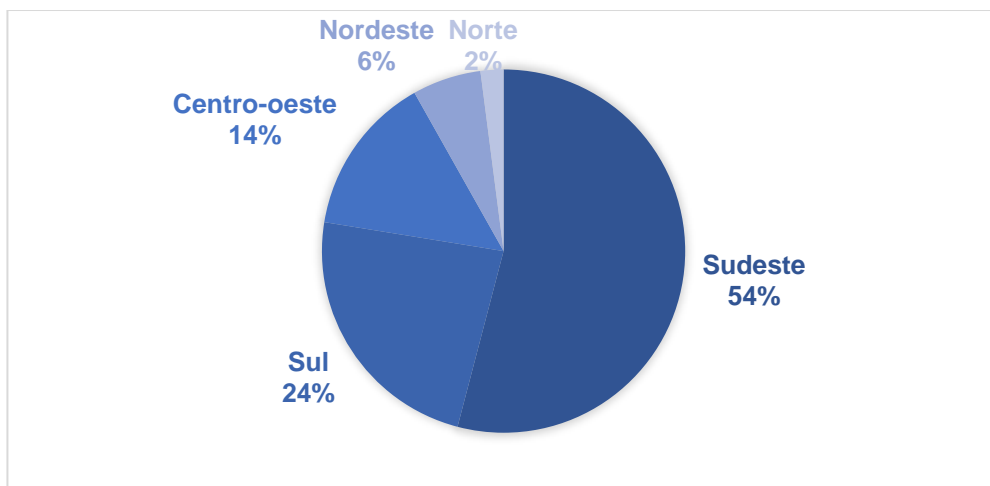
aproximado a 2, com média aritmética igual a 2,03. Os valores encontrados para o multiplicador de Bradford pressupõem uma crescente distribuição de periódicos que dobra de valor a cada zona.

Portanto, é possível perceber que as revistas componentes da zona núcleo de periódicos que mais publicaram sobre o assunto transparência e lei de acesso à informação são: *Revista de Administração Pública*, *Revista do Serviço Público* e *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, conforme já constatado na análise da tabela 2. O diferencial da análise trazida pela Lei de Bradford em relação à análise inicial elaborada por meio da tabela 2 reside no fato de que agora é possível afirmar que apenas três periódicos compõem a zona núcleo de periódicos mais produtivos na área no período analisado.

### 3.6 Locais de publicação dos periódicos

O gráfico 4 evidencia o percentual de publicações por macrorregião brasileira considerando-se os 46 periódicos que publicaram a respeito da temática transparência e lei de acesso à informação no período analisado.

**Gráfico 4** - Percentual de publicações por macrorregião no período analisado



Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o gráfico 4, evidencia-se que a Região Sudeste foi o local de publicação de periódicos que mais se destacou, concentrando 54% dos periódicos cuja publicação ocorreu em seus municípios. Os municípios da Região Sudeste que tiveram periódicos publicados e o número de publicações são: Rio de Janeiro – 20;

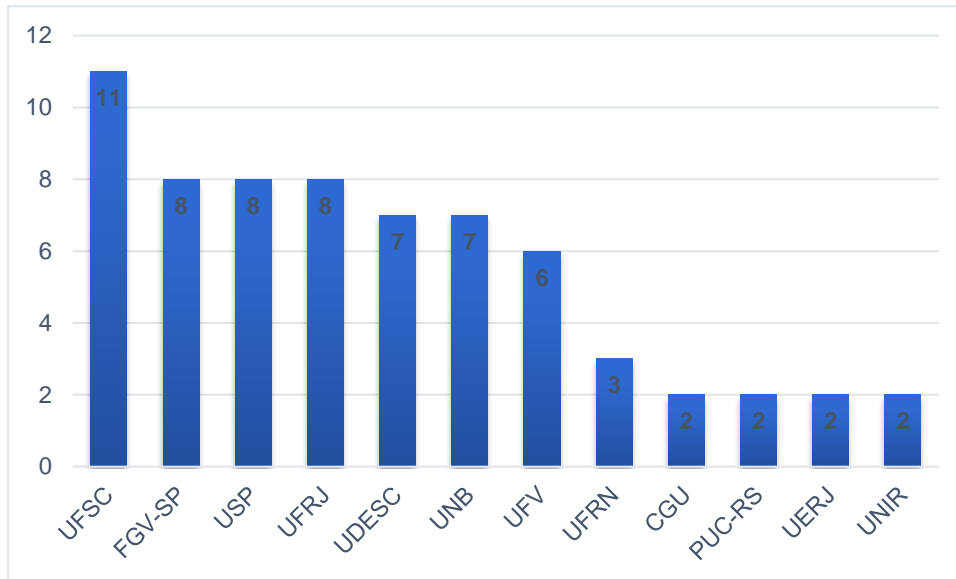
São Paulo – 16; Belo Horizonte – 9; Viçosa – 4; Lavras – 1; São Caetano – 1; Pedro Leopoldo – 1 e Ribeirão Preto – 1. Percebe-se que o Rio de Janeiro foi a cidade que mais publicou sobre o tema na Região Sudeste e em todo o Brasil, sendo responsável por 20 trabalhos, de um total de 98 artigos. Na Região Sul, os municípios que sediaram a publicação de periódicos e o número de publicações são: Florianópolis – 9; Blumenau – 5; Ijuí – 2; Maringá – 2; Porto Alegre – 2; Chapecó – 1; Joaçaba – 1 e Curitiba – 1. Identifica-se que Florianópolis é a cidade que mais publicou trabalhos na Região Sul do país. Curiosamente, na Região Centro-Oeste, apenas a cidade de Brasília publicou sobre o tema em tela, concentrando as 14 publicações. Já na Região Nordeste, as cidades de Salvador, Fortaleza e João Pessoa foram responsáveis por 4 e as duas últimas, por 1 publicação na área, respectivamente. Por fim, a Região Norte é representada por Manaus, cuja cidade sediou o periódico que publicou 2 artigos.

A sobrepujança do número de publicações oriundas da Região Sudeste pode dever-se, em grande parte, pelo fato dessa ser a região brasileira que possui maior densidade populacional do país, com registro do maior número absoluto de universidades em seu território em comparação às demais regiões brasileiras.

### **3.7 Vínculo institucional do primeiro autor**

O gráfico 5 exibe as instituições às quais os primeiros autores que possuem pelo menos duas publicações sobre o tema estão vinculados.

Conforme apresentado pelo gráfico 5, a instituição com maior número de trabalhos é a UFSC, com onze trabalhos, seguida pela FGV-SP, USP e UFRJ com oito publicações cada. No que concerne às publicações com autor único, estas foram a minoria, apresentando apenas 15 artigos; os outros 83 trabalhos tiveram 2 ou mais autores. A UFSC possui o Núcleo de Pesquisas em Controladoria (NUPECON). O Núcleo atualmente desenvolve trabalhos em duas linhas de pesquisa, quais sejam, *Controle de Gestão* e *Gestão Pública e Transparência*, esta última voltada especificamente à temática da transparência governamental, o que pode explicar a preponderância da UFSC no que diz respeito ao maior número de publicações no Brasil acerca de transparência e lei de acesso à informação no período analisado.

**Gráfico 5 - Vínculo institucional do primeiro autor**

Fonte: Dados da pesquisa

Já a FGV-SP, por meio da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), criou em 1989 o Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG). As pesquisas no CEAPG estão orientadas segundo três grandes áreas, sendo uma delas a área de *Articulação Estado e Sociedade*, que inclui pesquisas voltadas à transparência e ao controle social, o que pode ter favorecido a existência de quantidade significativa de publicações advindas da FGV-SP.

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA/USP) possui um grupo de pesquisa denominado *Public Sector Accounting & Governance in Brazil* (PSAGiB), cujos estudos envolvem as relações entre contabilidade, ciências políticas, administração e finanças públicas, *accountability* e desempenho das organizações do setor público, o que pode ter fomentado o elevado número de publicações acerca da temática transparência e acesso à informação pública no âmbito da Universidade de São Paulo.

E por fim, a UFRJ possui o Observatório de Gestão da Informação (Obgi), que tem como objetivo desenvolver estudos interdisciplinares sobre Gestão e Políticas Públicas de Informação. O Obgi culminou na constituição de um grupo de pesquisa denominado *Estudos sobre Gestão e Políticas Públicas de Informação*, que tem como um de seus objetivos refletir acerca do uso de informações em organizações públicas e seus impactos na participação dos cidadãos, o que pode ter suscitado as publicações da instituição na área.

### 3.8 Redes colaborativas de pesquisa

Segundo Silva et al. (2006), a Análise de Redes Sociais (ARS) é uma ferramenta de exame de produções científicas composta por redes baseadas nas relações entre os indivíduos, redes essas formadas por nós entre eles. A ARS é capaz de fornecer informações sobre a estrutura de determinados campos de conhecimento, sobre a existência de grupos de pesquisa e de relações entre pesquisadores de universidades, organizações públicas, privadas e países. De acordo com o mesmo autor, a ARS advém das ciências sociais e tem como escopo analisar as relações entre atores sociais por meio da linguagem matemática dos grafos.

A ARS realizada neste trabalho envolveu a investigação da formação de redes colaborativas de pesquisa entre autores e coautores representados pelas instituições a que estavam vinculados no momento da publicação dos artigos. A informação relativa ao vínculo institucional de autores e coautores foi obtida por meio dos dados presentes nos próprios artigos levantados, com raríssimas exceções, considerando-se, para aqueles vinculados a mais de uma instituição, aquela cujo vínculo era empregatício. Não se estabeleceu critério de posicionamento entre autores e coautores, de modo que o foco da análise perpassou a cooperação entre instituições que publicaram sobre o tema transparência e lei de acesso à informação no período analisado.

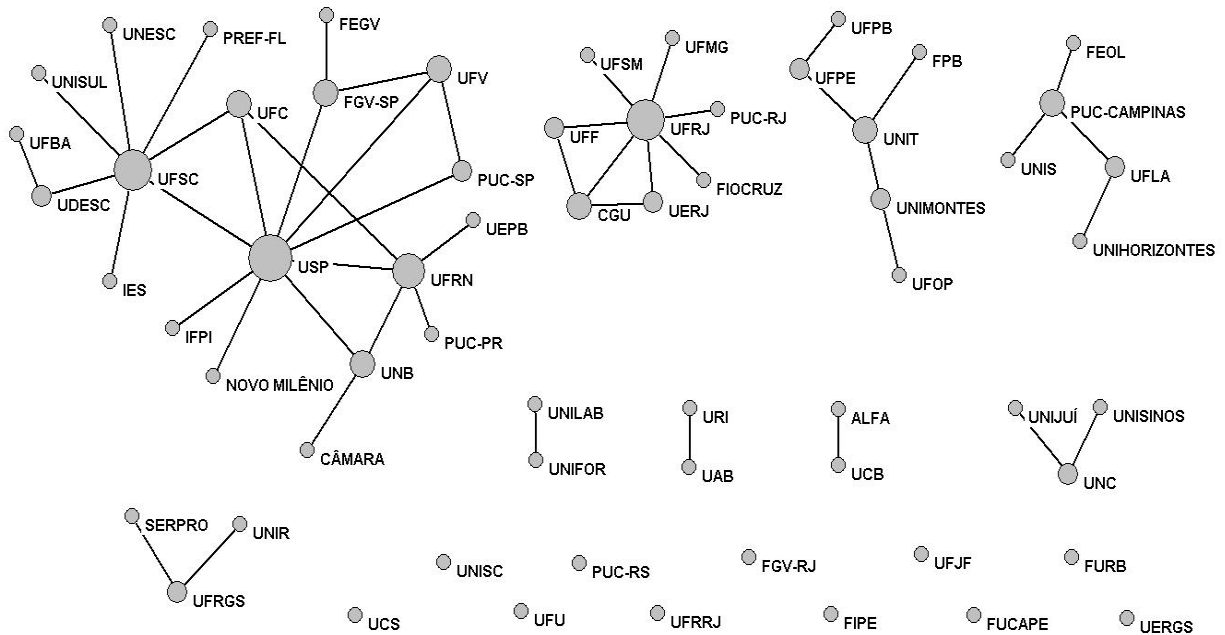
O *software* Pajek é um programa voltado à elaboração de redes. Segundo Capobianco (2011), o programa permite a visualização de redes nas quais as informações são representadas por vértices (atores sociais da rede, expressos em círculo e que podem ter tamanhos diferentes a depender do número de interações); *edges* (linhas de ligação entre dois vértices) e *arcs* (linhas de ligação entre dois vértices, porém com a presença de setas).

Neste trabalho foi utilizado o *software* Pajek, versão 5.01, para a apresentação dos dados por meio de estrutura de redes de pesquisas colaborativas interinstitucionais. As redes foram formadas por vértices e *edges*, ou grafos, que nada mais são do que um conjunto de vértices contendo um grupo de linhas entre cada par de vértices. No âmbito desta pesquisa não foram utilizados *arcs*.

O produto da análise dos dados via *software* Pajek culminou na figura 1, na qual as redes de pesquisa sobre transparência e lei de acesso à informação no

Brasil estão expressas mediante um entrecruzamento de instituições dos autores e coautores dos artigos entre si e com os demais artigos da amostra. Os vértices (ou nós) representam as instituições dos pesquisadores. Existe conexão entre autores quando compartilham a autoria de um artigo.

**Figura 1** - Redes colaborativas de pesquisa interinstitucionais e instituições que publicaram sobre o tema isoladamente



Fonte: Dados da pesquisa

A análise da figura 1 revela que 62 instituições publicaram sobre o tema no período analisado, onde 82,3% delas estabeleceram alguma rede de colaboração com outras instituições. Nota-se que a USP é a instituição brasileira com maior número de pesquisadores que colaboraram com pesquisas de outras instituições no que concerne à pesquisa sobre transparência e lei de acesso à informação. A USP relacionou-se com nove diferentes instituições para publicação, quais sejam, UNB, UFRN, PUC-SP, UFV, Faculdade Novo Milênio, FGV-SP, UFC, IFPI e UFSC.

Já a UFSC e a UFRJ colaboraram com 7 instituições cada uma para a realização das pesquisas sobre o tema. No caso da UFSC, houve formação de redes de pesquisa com as seguintes instituições: USP, UFC, Prefeitura Municipal de Florianópolis, UNESC, UNISUL, UDESC e IES-Florianópolis. Por seu turno, a UFRJ cooperou com a UERJ, FIOCRUZ, PUC-RJ, UFF, CGU, UFMG e UFSM. Em ambos os casos, é possível notar que encontram-se no mesmo Estado da Federação cerca



de 71% e 57% das instituições com as quais a UFSC e a UFRJ interagiram, respectivamente. Desse modo, mesmo que a UFSC e a UFRJ sejam as instituições com segundo maior número de cooperações entre pesquisadores sobre o tema no âmbito brasileiro, faz-se necessário ampliar o alcance das redes de pesquisa para incremento do campo de estudo no país.

Verifica-se que 11 instituições publicaram os artigos sobre o tema sem formar redes de pesquisa e colaboração com outras instituições. São elas: UNISC, PUC-RS, FGV-RJ, UFJF, FURB, UCS, UFU, UFRRJ, FIPE, FUCAPE e UERGS. Nesta análise, apenas FGV-RJ e FIPE publicaram artigos de autoria única, ou seja, as demais instituições publicaram trabalhos com dois ou mais autores, cujos pesquisadores estavam vinculados à mesma instituição. Instituições que em algum momento tiveram trabalhos de autoria única, mas, em outras ocasiões formaram redes, não compuseram o rol de autoria única para efeitos dessa análise.

Constata-se também que a colaboração entre instituições para pesquisa sobre transparência e acesso à informação transcendeu o âmbito das universidades. No período analisado, as instituições de ensino realizaram parcerias com organizações governamentais tais como Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Câmara dos Deputados e Prefeitura Municipal de Florianópolis, o que aponta a existência de diálogo, mesmo que incipiente, entre o âmbito acadêmico e a sociedade. A CGU foi a organização pública que mais criou redes de pesquisa, relacionando-se com três diferentes universidades para pesquisar e publicar sobre transparência e acesso à informação, o que pode ser explicado pelo fato desse Ministério ter como escopo institucional e legal a realização de atividades de incremento da transparência da gestão via controle interno, auditorias, correições e ouvidorias.

A partir da análise das redes de pesquisa sobre transparência e lei de acesso à informação, identifica-se que ainda são escassas relações robustas e duradouras de cooperação, predominando a existência de vínculos mediatizados pela proximidade geográfica, quando existentes. Evidencia-se também que devem ser fortalecidas as redes de pesquisa entre universidades e órgãos governamentais em prol do desenvolvimento dos estudos sobre transparência e acesso à informação no setor público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises engendradas neste estudo é possível identificar a necessidade de se promover o desenvolvimento de políticas públicas de transparência e de acesso à informação pública que considerem as diferentes respostas encontradas nas administrações públicas municipais, estaduais e federal ao cumprimento dos normativos legais, heterogeneidade essa, amiúde, delineada por questões tecnológicas, organizacionais, de gestão, culturais e políticas que impactam na acessibilidade das informações aos cidadãos, obstando o exercício do controle social.

Os resultados encontrados evidenciam que o número de estudos científicos realizados sobre transparência e lei de acesso à informação no Brasil cresceu significativamente nos últimos cinco anos, possivelmente como resultado da aprovação da Lei de Acesso à Informação no final do ano de 2011, o que confirma a hipótese subjacente a este estudo. Os artigos publicados a partir de 2011 correspondem a 68,4% do total de artigos da amostra e o interregno 2013-2016 é o período responsável por quase metade de todas as publicações, no qual foram publicados 48% dos trabalhos.

Observou-se que 77% dos trabalhos sobre o tema são teórico-empíricos, o que destaca a preocupação dos pesquisadores em conhecer e contribuir com realidades específicas no Brasil. Em relação à abordagem, a quantidade de trabalhos quantitativos e qualitativos-quantitativos (44%) revela a característica descritiva da temática.

Os periódicos que mais publicaram sobre o tema são a *Revista de Administração Pública* com oito trabalhos, seguida pela *Revista do Serviço Público* e *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, cada qual com seis trabalhos. Constatou-se que 51% dos periódicos analisados possuem avaliação Qualis/CAPES entre A2 e B1, o que indica a relevância das publicações acerca do tema transparência e LAI no âmbito acadêmico brasileiro. A partir da aplicação da Lei de Bradford, verificou-se que a zona núcleo (produtividade alta) possui um total de 20 artigos concentrados nos 3 periódicos supracitados.

As macrorregiões brasileiras com municípios que mais sediaram periódicos cujas publicações versaram sobre o tema são as Regiões Sudeste e Sul, concentrando 54% e 24% dos trabalhos, respectivamente.

Ao se considerar o vínculo institucional do primeiro autor, constatou-se que as instituições com maior número de trabalhos publicados são a UFSC, com onze, seguida pela FGV-SP, USP e UFRJ com oito publicações cada. Por fim, os resultados mostram que os autores que mais estabeleceram redes colaborativas de pesquisa são aqueles oriundos da USP, UFSC e UFRJ. A partir das evidências é possível concluir que as pesquisas sobre a temática investigada estão em processo de ampla evolução e consolidação no Brasil, mas que existem desafios relacionados ao fortalecimento das relações de cooperação entre as instituições.

Uma das dificuldades encontradas na elaboração deste trabalho foi a de classificar os artigos segundo o setor de atuação, ou seja, setor público ou setor privado. Isso porque, durante o levantamento bibliométrico, existiu alto número de ocorrências de artigos sobre transparência de empresas privadas para fins de governança corporativa empresarial, o que culminou na exclusão de elevada quantidade de trabalhos. Outra dificuldade encontrada refere-se à criação, por autores contemporâneos, de classificações que tipificam diferentes perspectivas de transparência, quais sejam, perspectiva orçamentária, contábil, institucional ou organizacional, social, do processo licitatório, de contratos e convênios e midiática. Neste trabalho, optou-se por utilizar, durante o levantamento bibliométrico, o conceito amplo de transparência pública, sem a distinção de tais perspectivas. Além disto, foi encontrado um artigo de 1995, quando ainda não havia norma legal específica sobre transparência pública.

A limitação mais importante deste estudo é a existência de um provável viés de seleção causado pela utilização de apenas uma base de periódicos (Spell) para coleta dos artigos científicos que compuseram a pesquisa. É possível que outras bases de periódicos brasileiras contenham artigos científicos sobre o tema em estudo e que não estejam relacionados nesta amostra.

A opacidade de informações públicas revela-se um cenário ainda presente, a despeito dos imperativos legais e do controle social que se impõem a cada dia com maior veemência. O não favorecimento ao cidadão do acesso à informação pública em sua plenitude pode ser oriundo de incapacidades de gestão interna por ausência de recursos tecnológicos e de *expertise*, mas pode revelar também uma opacidade informacional voluntária por parte dos gestores públicos. Nesse contexto, são desejáveis estudos que se voltem ao aprofundamento de questões intraorganizacionais indutoras da falta de transparência no setor público.

Do ponto de vista metodológico, é possível identificar a necessidade de: I) realização de maior número de estudos quantitativos aliados a estudos qualitativos, com o escopo de enriquecer a análise acerca da realidade brasileira sobre transparência pública; II) estabelecimento de estudos futuros com a inclusão de outras bases de dados para o levantamento bibliométrico, de forma a contribuir para os avanços da pesquisa em transparência e acesso à informação no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, D. D. S.; PLATT NETO, O. A. Funcionalidades, limitações e potencialidades do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 9, n. 26, p. 79-95, 2010.

ANGÉLICO, F.; TEIXEIRA, M. A. C. Acesso à Informação e Ação Comunicativa: novo trunfo para a Gestão Social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 7-27, 2012.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

BAIRRAL, M. A. C.; SILVA, A. H. C.; ALVES, F. J. D. S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 3, p. 643-675, 2015.

BERNARDES, M. B.; SANTOS, P. M.; ROVER, A. J. Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 3, p. 761-792, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 4 mai. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 27 mai. 2009. Disponível

em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.** Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 dez. 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp156.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp156.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI1. M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Internext**, v.10, n. 2, p. 1-5, mai./ago. 2015.

CAPOBIANGO, R. P. et al. Análise das redes de cooperação científica através do estudo das coautorias dos artigos publicados em eventos da Anpad sobre avaliação de políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1869-1890, dez. 2011.

COUTINHO, E. Aplicação da lei de Bradford à literatura técnica sobre ferrovia: análise de periódicos e avaliação da base de dados da Rede Ferroviária Federal S.A. ". **Ciência da Informação**, v. 20, n. 2, 1991.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S.; SILVA, L. M.; MACEDO, M. A. S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012.

CRUZ, M. C. M. T.; SILVA, T. A. B.; SPINELLI, M. V. O papel das controladorias locais no cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos municípios brasileiros. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 3, p. 721-743, 2016.

GLÄNZEL, W., SCHOEPFLIN, U. A bibliometric study of reference literature in the sciences and social sciences. **Information Processing and Management**, 35, p. 31-44, 1999.

JARDIM, J. M. A face oculta do Leviatã: gestão da informação e transparência administrativa. **Revista do Serviço Público**, v. 59, n. 1, p. 81-92, 2008.

LEITE FILHO, G. A.; COLARES, A. F. V.; ANDRADE, I. C. F. Transparência da Gestão Fiscal Pública: um Estudo a Partir dos Portais Eletrônicos dos Maiores Municípios do Estado de Minas Gerais. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 26, n. 2, p. 114-136, 2015.

LIMA, R. C. M. Estudo Bibliométrico: Análise de Citações no Periódico "Scientometrics". **Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, 1984.

PINHEIRO, L. V. R. Lei de Bradford: uma reformulação conceitual. **Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, 1983.

PLATT NETO, O. A. et al. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 18, p. 75-94, 2007.

PRITCHARD, A. **Statistical bibliography or bibliometrics?** Journal of documentation, 1969.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. Prestação de contas por meio de portais eletrônicos de Câmaras Municipais: um estudo de caso em Santa Catarina antes e após a lei da transparência. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 16, n. 3, p. 81-98, 2011.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. Prestação de contas nos portais eletrônicos de Assembleias Legislativas: um estudo após a Lei de Acesso à Informação. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 15, n. 1, p. 144-161, 2014.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. Review of passive transparency in Brazilian city councils. **Revista de Administração**, v. 51, n. 3, p. 288-296, 2016.

SILVA, A. B. O. et al. Análise de redes sociais como metodologia de apoio para a discussão da interdisciplinaridade na ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 72-93, abr. 2006.

VIEIRA, V. L. R. Efeitos da lei de acesso à informação (Lei 12.527/2011) nas compras públicas. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6, 2013, Brasília. **Anais eletrônico...** Brasília: 2013. 22 p.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. As Causas da Transparência Fiscal: Evidências nos Estados Brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 25, n. 66, p. 242-254, 2014.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. Transparência: reposicionando o debate. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 137-158, 2015.